

## Moção

A Assembleia Municipal de Santarém tem manifestado a sua preocupação com as barreiras da cidade tendo aprovado por unanimidade a moção de que transcreve integralmente o seguinte trecho:

“ Esta situação que se arrasta há dezenas de anos, tendo atravessado diferentes Governos, é insustentável, exigindo-se que o Governo possa, com carácter de urgência, encontrar os mecanismos financeiros para a realização das obras de consolidação, salvaguardando pessoas e bens dos perigos que a manutenção da atual situação pode potenciar.

Em face do diagnóstico confirmado pelos intervenientes na sessão da Assembleia Municipal, que aponta para elevado risco de novos episódios, sem possibilidade de previsão atempada, impõe-se que este órgão deliberativo, reunido aos onze dias do mês de setembro de 2014, no uso das suas competências políticas, delibere aprovar, por unanimidade:

- 1. Apoiar o Executivo camarário em todas as ações que este programe, para reivindicação junto do Governo para uma rápida solução para definição e disponibilização dos mecanismos financeiros adequados e suficientes para a execução do PGEES, com especial e prioritário enfoque nas encostas de Alfange, Santiago, Bairro do Falcão, Santa Margarida, Portas do Sol e Ribeira de Santarém;**
- 2. Sugerir a criação de uma Comissão Executiva para conduzir todas as ações, de prevenção e de correção, necessárias ao desenvolvimento do processo de obra, composta por representantes dos Ministérios que tutelam as áreas da Economia, Transportes e Comunicações, Administração Interna, Ambiente e Ordenamento do Território e Fundos Estruturais; Câmara Municipal de Santarém; LNEC; REFER; EP; União das Freguesias da Cidade de Santarém e Assembleia Municipal, já parcialmente prevista na Resolução da Assembleia da República n.º 76/2013, mas que nunca foi constituída formalmente, com as competências delegadas para todas as iniciativas constantes do PGEES;**
- 3. Reivindicar que o Governo classifique como prioritária a deslocalização da linha do Norte entre o Vale de Santarém e Vale de Figueira, conforme projeto já elaborado pela REFER, definindo igualmente os mecanismos financeiros necessários para esta obra;**
- 4. Sugerir que o Governo possa, através dos instrumentos jurídicos adequados, afetar todos os prédios que compõem as encostas, sujeitas a intervenção, ao domínio público do Estado, como forma de precaver eventuais litígios sobre a dominialidade e responsabilidade sobre as respetivas parcelas, e para que possam ser tomadas, de imediato, as medidas preventivas adequadas e após a intervenção possa estar assegurada a manutenção das encostas. “**

Tendo em conta que as verbas para a estabilização das barreiras não foi inserida no orçamento de 2014 nem sequer no orçamento de 2015 – mesmo depois da queda recentemente ocorrida;

Tendo em conta a urgência da resolução do problema.

A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a 09 de janeiro de 2015 em continuação da sessão de 29 de dezembro de 2014, delibera solicitar ao senhor Ministro do Ambiente para que garanta publicamente a Santarém, que o Governo assegurará a componente nacional deste investimento através do Orçamento de Estado, e reafirma todas as propostas já aprovadas por unanimidade em onze de setembro de 2014.